

LOTES PARA

DF-Instituição
006
Reportagem 0028

51 MIL PESSOAS



Liordina Pereira, de São Sebastião, não tem ficha no Idhab mas acredita que o governo vai ajudá-la

Raimundo Paccó

GDF QUER ABRIGAR
INVASORES NAS
CIDADES.
CADASTRADOS E
COOPERATIVAS
TÊM PRIORIDADE

Cristina Ávila
Rovênia Amorim
Da equipe do Correio

As cidades do Distrito Federal vão crescer para abrigar os invasores. O Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (DF) fará o levantamento dos espaços vazios, que deverão ser ocupados de acordo com a nova política de habitação. Somente as pessoas e as cooperativas cadastradas no Instituto de Desenvolvimento Habitacional (Idhab) são consideradas prioridade.

“Não haverá negociação com quem tem mais de cinco anos de Brasília e não fez inscrição”, diz o presidente do Idhab, João Carlos de Medeiros. A solução para invasores que não se cadastraram será a estadia em albergues e depois a passagem de volta para a cidade de origem. “Em nenhum momento prometemos lotes para essas pessoas.”

O cadastro do Idhab tem 46.002 pessoas inscritas para receber lotes. E outras 5.874 famílias organizadas em cooperativas. “Vamos só checar se não há duplicidade nas inscrições”, diz Medeiros.

Na manhã de ontem, a secretária de Habitação, Ivelise Longhi, reuniu-se com os administradores regionais, durante 45 minutos. Ela pediu que façam um levantamento minucioso do perfil dos invasores. E que continuem a fiscalização para evitar o aumento das ocupações.

“Vamos fazer esse levantamento, mas sem promessas. Serão respeitadas as pessoas e cooperativas cadastradas”, advertiu o administrador do Lago Norte, Marco Lima. Ele convidou Ivelise Longhi a visitar sua região, para avaliar a possibilidade de expansão do assentamento do Varjão - uma reivindicação da comunidade -, onde o número de barracos passou de 444 para mais 800, depois das eleições.

Na mais populosa cidade do Distrito Federal, Ceilândia, que tem 351 mil habitantes, surgiram 47 novos barracos em cinco focos de invasão, depois das eleições. Somam-se a 97 casebres em invasões que já existiam. As notificações acabaram de ser distribuídas ontem, mas o prazo de 72 horas para que abandonem barracos será ampliado por outras 72.

A ampliação não vai beneficiar apenas os invasores. “É o prazo que temos para definir para onde essas pessoas serão removidas”, comenta o chefe de gabinete da Administração Regional de Ceilândia, Juan Carlos. Os novos barracos em Ceilândia estão nas QNP 2, 6 e 22, QNO 20 do Setor O e no Núcleo Rural Boa Esperança, no km 2 da DF-190.

Para muitos invasores, no entanto, a política habitacional do governo não está clara. Liordina Pereira da Silva, 42 anos, por exemplo, não tem inscrição no Idhab e, ainda assim, acredita que vai ganhar um lote de Joaquim Roriz. “Ele tem de ajudar a gente. Tem de arrumar um teto pra nós, se não quer invasão, né? Se não, vamos pra onde?”, preocupa-se a faxineira diarista, cujo marido é pedreiro “sem emprego” e que há seis meses mora na invasão da Rua 65, em São Sebastião, à beira do Córrego Papuda.

“Pagava aluguel no Paranoá, não vou mentir. Mas a mulher precisou do barraco para uns parentes dela que chegaram da Bahia porque estavam passando fome”, conta Liordina.